

A importância do controle político parlamentar durante a pandemia **COVID-19**

Experiências regionais e guia de perguntas orientadoras





Este recurso foi possível, em parte, graças ao apoio financeiro do Governo do Canadá por meio do seu Ministério de Relações Exteriores.

Publicado em fevereiro de 2021.

Índice

Introdução	4
Desafios para o controle político durante a crise atual	5
A transparência, o acesso à informação e a desinformação	5
Gasto público	6
O equilíbrio de poderes	7
Ações parlamentares de controle político	8
Experiências regionais: Mecanismos de controle político e exemplos das Américas e do Caribe	8
Guia de perguntas orientadoras para o controle político	10
Recomendações	12
Bibliografia recomendada	14

1. Introdução

Durante a atual crise os governos e parlamentos adotaram diferentes medidas para combater os impactos socioeconômicos surgidos em função da pandemia COVID-19. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a pobreza teria aumentado mais de 4 pontos percentuais, o que, em consequência, representaria 34.7% da população da regiãoⁱ. Além disso, houve um aumento de 10.7% na taxa de desemprego, principalmente durante o segundo trimestre de 2020, que a CEPAL qualifica como “inérita”ⁱⁱ. A mesma organização assinala que entre as populações mais afetadas encontram-se as mulheres, os(as) trabalhadores informais, as trabalhadoras domésticas, as crianças e adolescentes, a população jovem e idosos, as pessoas que vivem em zonas rurais, povos indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, migrantes e pessoas sem-teto. No caso particular das mulheres, não só estão mais expostas ao desemprego, a condições menos favoráveis para o acesso à seguridade social e a uma maior carga nos trabalhos de cuidado, como também se encontram numa situação mais vulnerável diante dos casos de violência doméstica durante o contexto de quarentenaⁱⁱⁱ.

Frente a esta situação, não apenas foram aprovados decretos e diferentes normas legais para fortalecer os sistemas de saúde, muitos dos quais tinham deficiências importantes antes da pandemia, e para reduzir os níveis de contágio e taxas de mortalidade, como também foram implementadas ações em favor da recuperação econômica por meio de pacotes dirigidos a salvaguardar o emprego e sanear a economia das famílias, por meio de auxílios e facilidades de pagamento dos serviços básicos. Nessa linha, os parlamentos têm um papel fundamental de legislar sobre estas medidas, e também de garantir, por meio da função de controle político, que as ações governamentais sejam conduzidas respeitando os critérios de transparência e integridade e, desta maneira, evitar que este complexo cenário seja aproveitado para cometer atos de corrupção.

O controle político do parlamento é o meio pelo qual os poderes legislativos e os(as) parlamentares **exigem prestação de contas do governo**. Compreende tanto o trabalho dentro das Comissões parlamentares e do plenário, como aquele realizado em sessões durante as fases de tramitação dos projetos de lei e do ciclo orçamentário.

Fonte: União Interparlamentar, *Instrumentos de controle parlamentar*, 2007. (em espanhol)

A presente publicação, inspirada pelos diálogos parlamentares mantidos durante o encontro *online Fortalecendo o controle político frente à pandemia COVID-19*, realizado em agosto de 2020, explora os principais desafios que os parlamentos do hemisfério estão enfrentando para exercer essa função e apresenta uma seleção de boas práticas institucionais para fortalecer o controle político em meio à pandemia, já implementadas em alguns parlamentos da região. Inclui também, um folheto com uma série de perguntas orientadoras a serem utilizadas pelos(as) parlamentares com a finalidade de conduzir iniciativas de controle político, fortalecer o monitoramento das ações do Executivo, e orientar as convocações e comparecimentos de funcionários(as) do governo.

Por último, resumem-se algumas recomendações pontuais para fortalecer as capacidades institucionais e técnicas do parlamento e dos(as) parlamentares para exercer um controle político que leve em conta as dificuldades e restrições impostas em razão da pandemia.

i Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *Dimensionar os efeitos do COVID-19 para pensar na reativação*, Relatório Especial COVID-19, Nº 2, 2020. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45445>

ii Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *O desafio social em tempos do COVID-19*, Relatório Especial COVID-19, Nº 3, 2020. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45527-desafio-social-tiempos-covid-19>

iii Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, *Balanco Preliminar das economias da América Latina e do Caribe*, 2020. <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46606-balanco-preliminar-economias-america-latina-caribe-2020-resumo-executivo>

2. Desafios para o controle político durante a crise atual

A situação atual, resultado da pandemia COVID-19, impactou o funcionamento dos poderes legislativos ao redor do mundo. Em muitos países, foram adotadas medidas para assegurar a continuidade das funções legislativas por meio de [sessões virtuais](#). Essas medidas foram de vital importância dado que, especialmente em cenários de crise onde os(as) cidadãos(ãs) tiveram restringidas certas liberdades, observou-se uma maior concentração de poderes e competências nas mãos dos governos; manter o sistema de pesos e contrapesos e evitar esta concentração de poder torna-se então fundamental para o funcionamento das democracias. Frente a essas complexidades, reforçar e proteger o trabalho de controle político do parlamento é crucial para salvaguardar os sistemas democráticos da região, assegurando que as medidas adotadas sejam a favor do bem comum e que não deixem ninguém para trás.

A transparência, o acesso à informação e a desinformação

Além dos desafios experimentados pelos poderes legislativos para dar continuidade ao seu trabalho respeitando a distância social demandada em seus países, surgiram também outras barreiras, relacionadas principalmente à [transparência e ao acesso à informação](#) (em espanhol).

Por um lado, a ausência ou escassez de informação limita a função de controle político e a tomada de decisões, com base nos dados necessários à escolha de ações que guardem correlação com as necessidades e prioridades mais relevantes da sociedade, segundo a perspectiva do parlamento. Ademais, para os(as) cidadãos(ãs), a percepção da possibilidade de que alguma informação tenha sido ocultada ou manipulada por qualquer poder do Estado gera incerteza e desconfiança. Por outro lado, a sobrecarga de informação, em especial quando a informação não é clara, também dificulta a acessibilidade e diminui o valor público dos dados disponíveis.

Esses desafios aumentam ainda mais com a difusão massiva de desinformação. No contexto da pandemia COVID-19, a Organização Mundial da Saúde caracterizou essa problemática como uma “[infodemia](#)”, com a finalidade de denunciar sua propagação na medida em que compromete as respostas adotadas frente à pandemia, levando segmentos da população a ignorar ou desconfiar das recomendações das autoridades de saúde pública e, inclusive, incentivando pessoas a seguir comportamentos potencialmente danosos a sua própria saúde. Desta maneira, a desinformação e a informação errônea podem, em última instância, aumentar a desconfiança nas instituições públicas e contribuir com a sobrecarga de informação que os(as) cidadãos(ãs) recebem.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) identifica os principais tipos de conteúdo problemático que se difundem na Internet, especialmente nas redes sociais:

1. **Informação errônea:** informação errônea ou falsa que é compartilhada sem a intenção de causar dano;
2. **Desinformação:** informação falsa que é compartilhada com a intenção de causar dano;
3. Informação verdadeira ou genuína que é compartilhada para causar dano (por exemplo, tornando pública uma informação privada), conhecida em inglês como “malinformation”.

Fonte: OCDE, [Transparência, comunicação e confiança: O papel da comunicação pública na resposta à onda de desinformação sobre o novo Coronavírus](#), 2020. (em inglês)

Portanto, os(as) parlamentares têm o desafio de manter uma vigilância ativa para garantir a transparência e o acesso da população à informação, tanto por parte do Executivo como do Legislativo, contrapondo-se à desinformação, validando e confirmando que a informação publicada ou comunicada à população é verídica e, assegurando que a informação pública seja comunicada regularmente em linguagem simples, evitando criar barreiras desnecessárias à sua fácil compreensão e uso. A luta contra a desinformação requer que os poderes do Estado colaborem de forma estreita e, desta forma, evitem possíveis consequências que afetem todos os níveis de atuação pública.

Gasto público

Ainda que o alcance das respostas econômicas e fiscais implementadas em razão da pandemia varie entre países, na maioria dos casos, foram acompanhadas por aumentos do gasto público, pacotes de auxílio e aumento de compromissos orçamentários, num contexto no qual espera-se que os efeitos socioeconômicos da pandemia afetem os níveis de renda e arrecadação.

É importante apontar que, ante as graves e urgentes consequências socioeconômicas geradas pela pandemia e pelas medidas de saúde pública adotadas para contê-la, muitas das respostas foram aprovadas sob marcos legais de declaração de emergência ou estado de exceção que, como dito acima, limitam algumas das competências do Legislativo, entre elas, as de controle e fiscalização.

Essa realidade, que demanda ações rápidas em certos processos de aprovação que envolvem o Poder Legislativo, apresenta um desafio para que os(as) legisladores possam exercer suas funções de controle político e exigir transparência fiscal e mecanismos de prestação de contas. Deve-se considerar, ademais, que as tarefas de controle podem ser percebidas pela sociedade como um peso desnecessário em tempos de crise.

Não obstante, é precisamente nesse cenário complexo que coincidem, por um lado, a necessidade de outorgar poderes excepcionais ao Executivo, e, por outro lado, as demandas dos(as) cidadãos(ãs) por respostas oportunas, que as funções de controle e fiscalização do gasto público e dos processos de contratação pública assumem maior relevância, pois são fundamentais para limitar abusos de poder, evitar a corrupção e assegurar processos transparentes orientados ao bem comum.



O ParlAmericas, junto com o IFSD e GIFT, lançaram a publicação **[“Fortalecendo a prestação de contas por meio da abertura orçamentária: um conjunto de ferramentas para parlamentares das Américas e Caribe.”](#)**

Consulte essa ferramenta para conhecer boas práticas de promoção da transparência, da prestação de contas e da participação cidadã ao longo de todo o ciclo financeiro-orçamentário.

O equilíbrio de poderes

O controle recíproco entre os poderes do Estado é um desafio contínuo, ainda mais diante das demandas e pressões de uma pandemia global, que puseram à prova esse equilíbrio.

Em vários países das Américas e do Caribe as [ações em resposta ao COVID-19](#) envolveram um grande número de decretos executivos versando sobre declarações de estado de emergência, bem como de extensões, atualizações e mudanças ao longo do tempo de medidas relacionadas com normas sanitárias e de quarentena, restrições à liberdade de ir e vir – controle de fronteiras – a aquisição de bens e serviços necessários para fazer frente à pandemia, entre outros. Em geral, os decretos executivos dispensam a revisão parlamentar prévia à sua conversão em lei, o que coloca a necessidade de exercer o controle político dessas leis de maneira retroativa.

Por isso, os parlamentos têm, na atual situação, que alternar entre os papéis de apoiar o poder executivo para assegurar uma resposta rápida aos múltiplos e complexos impactos da pandemia e, de exercer um adequado controle político dessas ações, exigindo transparência, prestação de contas e integridade. Nesse sentido, os canais de comunicação entre o poder executivo e o poder legislativo são essenciais para atender à atual emergência.

Salvaguardar o equilíbrio de poderes é crítico para a democracia, a fim de que se garanta que as políticas do governo cumpram os objetivos esperados e atendam às necessidades dos(as) cidadãos(ãs).

3. Ações parlamentares de controle político

Esta seção oferece uma descrição geral dos mecanismos de controle político existentes, incluindo exemplos de como os parlamentos e comissões parlamentares do hemisfério os empregaram durante a pandemia. Além disso, traz perguntas sobre temas prioritários em relação à pandemia que os parlamentos e os(as) legisladores(as) poderiam considerar como áreas de monitoramento e investigação ao exercer sua função de controle político por meio dos diferentes mecanismos.

Experiências regionais: Mecanismos de controle político e exemplos das Américas e do Caribe

Além de usar seu tempo durante sessões plenárias para tornar visível na agenda legislativa diferentes temas relacionados com as respostas à pandemia e seus efeitos socioeconômicos, os(as) parlamentares também aplicaram mecanismos institucionais para fortalecer as funções de controle político do parlamento que resistam também às complexidades impostas pelo COVID-19.

- A. Estabelecer uma **COMISSÃO ESPECIAL** encarregada do acompanhamento da situação sanitária e/ou fiscal a respeito da pandemia, ou, atribuir essa responsabilidade a uma comissão ou comitê permanente de caráter multipartidário e com representação equitativa de gênero. Essa responsabilidade também pode recair sobre várias comissões.**
- **Brasil:** [Comissão mista para monitorar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira de medidas relacionadas com o coronavírus](#) ► [\(mais informações\)](#)
 - **Jamaica:** [Comissão Especial de Saúde Pública \(COVID-19\)](#)
 - **México:** [Grupo Plural COVID-19 do Senado da República](#)
 - **Paraguai:** [Comissão Bicameral do Congresso, de caráter transitório, para o controle dos recursos previstos na Lei de Emergência n° 6524/2020](#) ► [\(mais informações\)](#)
 - **Perú:** [Comissão Especial de Acompanhamento de Emergências e Gestão de Riscos de Desastres COVID-19](#)
 - **Suriname:** [Comissão de Crise COVID-19](#)
- B. **CONTROLE ORÇAMENTÁRIO** às ações de resposta e recuperação frente à pandemia.**
- **Bahamas:** a Assembléia Legislativa e o Senado debateram o [orçamento para 2020/2021](#) que propõe alocar fundos para enfrentar vários efeitos socioeconômicos da pandemia.
- C. Realizar **CONVOCAÇÕES DE AUTORIDADES** para assegurar a prestação de contas contínua.**
- **Canadá:** as Comissões permanentes de [Finanças](#) e de [Operações Governamentais e Orçamento da Câmara dos Comuns](#) convocaram vários membros do governo, de distintos ministérios e níveis hierárquicos, para controlar politicamente uma variedade de temas relacionados às respostas governamentais diante da pandemia.
 - **Costa Rica:** funcionários(as) do governo nacional foram convocados às comissões da Assembléia Legislativa para apresentar relatórios sobre as ações empreendidas para responder à pandemia COVID-19, por exemplo, para a [prestação de contas sobre o processo seguido para a aquisição das vacinas contra o COVID-19](#).

- **Ecuador:** Autoridades públicas foram interrogadas durante sessões plenárias acerca das medidas adotadas em seus respectivos ministérios ou instituições públicas, frente à pandemia COVID-19, por exemplo, a [Comissão de Direito à Saúde pediu o comparecimento do Ministro de Saúde Pública a fim de que informe sobre o processo de vacinação contra o COVID-19](#).
- **República Dominicana:** funcionários(as) do governo nacional foram convocados às comissões do Congresso para [apresentar relatórios sobre as ações empreendidas para responder à pandemia COVID-19](#).

D. Solicitar [RELATÓRIOS SOBRE DADOS PÚBLICOS](#) como mecanismo para fortalecer a transparência e o acesso à informação.

- **El Salvador:** a Assembléia Legislativa dispôs que as instituições públicas que receberam recursos no contexto da declaração da emergência sanitária deveriam apresentar um relatório a cada 30 dias com detalhes sobre os bens e serviços adquiridos para atender a necessidades relacionadas à pandemia. (Por exemplo, a [Comissão Especial para investigar a colocação de títulos e empréstimos dentro do marco da pandemia COVID-19](#) convocou a Ministra de Economia e o ex-ministro de Governo, a fim de que apresentem um relatório sobre a administração dos fundos alocados a seus ministérios).

E. Celebrar [AUDIÊNCIAS PÚBLICAS](#) com representantes da sociedade civil e especialistas técnicos, incluindo especialista em temas de gênero e populações em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de recolher diferentes perspectivas sobre o impacto e as necessidades geradas pela pandemia.

- **Canadá:** a Comissão de Finanças convocou uma [chamada pública e aberta para que os\(as\) canadenses opinem sobre as medidas que o governo federal poderia adotar para reativar a economia canadense](#) pós-COVID-19, como parte do processo de elaboração do orçamento nacional de 2021.
- **Ecuador:** a [Comissão de Direito à Saúde](#) realizou sessões durante as quais recebeu diferentes agentes, entre especialistas e pesquisadores(as) em gestão de crises sanitárias, com o propósito de recolher e enviar ao Comitê de Operações de Emergência Nacional e à Autoridade Sanitária Nacional as recomendações apresentadas pelos(as) especialistas.

F. Realizar [ESTUDOS](#) para aprofundar a análise das políticas promulgadas em resposta à pandemia.

- **Brasil:** Integrantes das Consultorias Legislativa e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados desenvolveram um estudo sobre a [tributação em tempos de pandemia](#).
- **Canadá:** a Comissão Permanente de Finanças Nacionais publicou um [relatório](#) sobre a resposta do governo à pandemia, com o objetivo de identificar lacunas e oferecer recomendações para fortalecer esse trabalho.

G. Criar [CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO](#) para chamar a atenção sobre os problemas gerados pela pandemia e negligenciados, para exigir uma resposta do poder executivo.

- **Colômbia:** Durante o isolamento, a Comissão Legal para a Equidade da Mulher lançou uma [campanha online](#) para chamar a atenção sobre a violência de gênero e [solicitou mais apoio por parte do governo nacional](#). ► [\(mais informações\)](#)

Guia de perguntas orientadoras para o controle político

A seguir são propostas algumas perguntas que podem guiar iniciativas de controle político, fortalecer o acompanhamento das ações do Executivo, e orientar as convocações e comparecimentos de funcionários(as) do governo.

Que medidas o governo está tomando para...?

TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

- ☒ ...fortalecer a transparência de maneira que os(as) cidadãos(ãs) tenham acesso a informações relevantes relacionadas, por exemplo, aos processos de compra e contratação pública no marco da luta contra os efeitos da pandemia?
- ☒ ...assegurar que os requerimentos de informação e as petições levadas ao governo por parlamentares e pelos(as) cidadãos(ãs) sejam tramitados em tempo hábil e da forma adequada às normas vigentes sobre acesso à informação?
- ☒ ...fortalecer o trabalho dos entes de controle de maneira que possam melhor fiscalizar a execução e o gasto, e vigiar o desempenho das autoridades e dos funcionários públicos envolvidos nos esforços para mitigar o COVID-19?
- ☒ ...proteger o trabalho de jornalistas, incluindo o cumprimento das leis e disposições sobre transparência e acesso à informação pública?

COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO

- ☒ ...comunicar e publicar regularmente dados confiáveis sobre a situação sanitária no país (novos casos, mortes e surtos, etc.)?
- ☒ ...difundir informação de uma maneira clara e compreensível para o público em geral, incluindo pessoas com deficiências e, utilizando diferentes Tecnologias da Informação e Comunicação (por exemplo, internet, rádio, televisão)?
- ☒ ...promover as medidas de prevenção, incluindo a higiene e outros comportamentos preventivos (por exemplo, o uso de máscaras)?
- ☒ ...assegurar que, apesar das restrições impostas para mitigar a pandemia, sejam mantidos espaços cívicos para o trabalho e a participação de organizações da sociedade civil, de modo que as liberdades de reunião, associação e expressão sejam respeitadas, pois são garantias fundamentais para vigiar as ações do governo?
- ☒ ...contrapor-se à desinformação, particularmente no que se refere à pandemia, as vacinas e os planos de vacinação, e demais respostas institucionais?

SAÚDE

- ☒ ...desenvolver, gerir e comunicar informação sobre as vacinas adquiridas, bem como um plano de vacinação que informe de maneira transparente os calendários de convocação e que inclua os cuidados necessários para priorizar a população mais vulnerável ao vírus?
- ☒ ...mitigar a propagação do COVID-19, especialmente em grupos de pessoas que são particularmente vulneráveis ao vírus?
- ☒ ...fortalecer os sistemas de vigilância epidemiológica para detectar rapidamente os surtos de COVID-19?
- ☒ ...ampliar o acesso ao atendimento médico, particularmente de grupos tradicionalmente marginalizados?
- ☒ ...proteger os(as) trabalhadores(as) de saúde, não só em termos de equipamentos de proteção individual, como também os benefícios trabalhistas adequados de cobertura médica e previdência social?
- ☒ ...garantir o acesso contínuo a serviços essenciais de saúde não relacionados com o COVID-19, por exemplo a atenção à saúde sexual e reprodutiva?
- ☒ ...reavaliar e reforçar os serviços de saúde e sociais que existam para atender a vítimas de violência de gênero e doméstica?

Caso você tenha alguma pergunta que possa orientar as iniciativas de controle político que não foi incluída na lista atual, pedimos, por favor, enviá-la a: parlamericasopn@parlamericas.org.

EMPREGO E PROTEÇÃO SOCIAL

- ☒ ...mitigar os efeitos da redução de renda causada pelo desemprego gerado pela pandemia, inclusive no setor informal?
- ☒ ...ampliar a licença por doença?
- ☒ ...apoiar os(as) empregadores(as), especialmente pequenas e médias empresas, para que possam seguir trabalhando e gerando emprego?
- ☒ ...assegurar um regresso seguro ao trabalho?
- ☒ ...desenvolver medidas que ofereçam oportunidades e facilidades às mulheres que, em maior porcentagem, dedicam-se a atividades consideradas essenciais como enfermeiras, paramédicas, trabalhadoras em supermercados, docentes e no cuidado infantil?
- ☒ ...otimizar o uso de transferências monetárias, transferências não-monetárias (por exemplo, de alimentos) e/ou subsídios (por exemplo, para serviços básicos) dirigidos a populações em situações de vulnerabilidade?
- ☒ ...desenvolver medidas que respondam à insegurança econômica e de trabalho das mulheres, tendo em conta sua alta participação na economia informal, seu trabalho dentro das famílias monoparentais e seu trabalho de cuidado não remunerado?

DIREITOS HUMANOS E NECESSIDADES BÁSICAS

- ☒ ...responder aos efeitos do confinamento na violência de gênero e doméstica, e no abuso infantil?
- ☒ ...abordar diversos problemas socioeconômicos agravados pela pandemia, incluindo o acesso à moradia e a segurança alimentar?
- ☒ ...assegurar ou ampliar o acesso aos serviços básicos e de telecomunicações, incluindo a internet?

ORÇAMENTO PÚBLICO

- ☒ ...garantir a transparência do gasto público e o processo de contratação e compras públicas, incluindo sua publicação em sites oficiais?
- ☒ ...publicar dados específicos sobre os bens ou serviços adquiridos, incluindo a quantidade e qualidade, o preço, a população ou necessidade a que atende, mecanismos para a verificação do cumprimento dos contratos, entre outros detalhes?
- ☒ ...mitigar o desvio ou a má administração de recursos públicos no sistema de saúde e em qualquer organismo governamental ou privado envolvido na resposta à pandemia?
- ☒ ...garantir a prestação de contas das ações realizadas com os recursos aplicados na resposta e na recuperação, incluindo informação sobre os(as) beneficiários (as)?
- ☒ ...priorizar um enfoque de gênero nas ações de resposta e recuperação, os pacotes de auxílio e os orçamentos?

SUSTENTABILIDADE

- ☒ ...reconhecer a origem zoonótica da pandemia e a relação entre a proteção/sustentabilidade ambiental, mudança climática e a saúde populacional?
- ☒ ...integrar as considerações climáticas e ambientais nos planos de recuperação econômica, e que estes estejam alinhados com o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável?

Consulte o [guia para apoiar uma recuperação econômica verde pós-COVID-19](#) do ParlAmericas para conhecer mais sobre as considerações climáticas e ambientais na recuperação econômica, alinhadas com o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



4. Recomendações

A seguir são oferecidas algumas recomendações no sentido de fortalecer as capacidades institucionais e técnicas do parlamento, e dos(as) parlamentares, para exercer um controle político eficiente e efetivo que leve em conta as complexidades e necessidades impostas pela pandemia.

Gerais

- Fomentar que as ações de controle político estejam regidas pelos princípios democráticos de transparência, prestação de contas e integridade pública.
- Priorizar áreas ou temas que requeiram um controle político urgente ou mais rigoroso, de maneira que os(as) parlamentares façam o melhor uso possível do pouco tempo de que dispõem.
- Garantir, na maior medida possível, a representação multipartidária e igualitária de gênero nas comissões parlamentares e grupos de trabalho voltados para o controle político.

Apoio técnico

- Usar os serviços de apoio técnico para uma análise de dados que permita um processo de tomada de decisão e ações de controle político baseados em evidências.
- Fortalecer a profissionalização do serviço parlamentar oferecido aos(às) legisladores(as), órgãos decisórios e comissões para o trabalho de controle político do parlamento.
- Fomentar a colaboração com universidades e centros de pesquisa para enriquecer e fortalecer os processos de controle político à luz dos avanços teóricos e tecnológicos.
- Desenvolver ferramentas para a avaliação do orçamento e de seu impacto diferenciado sobre populações específicas e particularmente suscetíveis aos efeitos da pandemia como as mulheres, as famílias monoparentais, os(as) trabalhadores(as) do setor informal, bem como pessoas em situação de vulnerabilidade e com limitações de acesso à proteção social, incluindo grupos tradicionalmente marginalizados e em condições históricas de desvantagem, como os que vivem em situação de pobreza, pessoas com deficiência, indígenas, afrodescendentes, descendentes de pessoas em sistemas de servidão coloniais, membros da comunidade LGBTI, refugiados, migrantes, sem teto e a população carcerária, para não deixar ninguém para trás.
- Com o apoio da comissão da mulher, ou seu equivalente, e de órgãos técnicos, desenvolver ferramentas como *checklists* ou avaliações de impacto para avaliar projetos de lei, orçamentos e políticas públicas com perspectiva de gênero.



O [Portal parlamentar sobre igualdade de gênero do ParlAmericas](#) apresenta um conjunto de ferramentas para tornar transversal o tema da igualdade de gênero no trabalho parlamentar.

Transparência e acesso à informação

- Fortalecer a transparência ativa em torno das iniciativas de controle político, e do controle orçamentário em particular, empreendidas pelo parlamento, publicando no site do parlamento informação útil, oportuna e relevante, de maneira permanente e sem necessidade de requerimento algum por parte dos(as) cidadãos(as) (salvo as exceções previstas nas leis nacionais), e assegurar que esta informação seja apresentada em linguagem simples.
- Estabelecer e/ou fortalecer diretrizes que facilitem o desenvolvimento das sessões de interpelação ou comparecimento de autoridades, permitindo procedimentos mais claros que atendam aos objetivos de cada uma dessas sessões.
- Implementar disposições e regulamentos que estabeleçam normas sobre as solicitações de relatórios ou respostas escritas ao poder Executivo, em prazo definido e que incluam mecanismos de acompanhamento e cumprimento.
- Criar e/ou fortalecer disposições, programas ou órgãos encarregados de avaliar as leis, a fim de garantir que a legislação adotada cumpra os objetivos esperados e se sua aplicação seja eficiente e eficaz.

Comunicações e relações com o público

- Explorar formas de colaboração com os meios de comunicação e grupos de investigação jornalística que ofereçam informação relevante para o trabalho de comissões investigadoras e ações de controle político.
- Estabelecer mecanismos e protocolos de resposta frente a informações errôneas ou enganosas difundidas tanto por plataformas de redes sociais, como por meios de comunicação tradicionais e, desta forma, combater a desinformação.
- Fomentar e manter a confiança pública na resposta e recuperação da crise sanitária e socioeconômica, liderando pelo exemplo a partir do parlamento e, por sua vez, exigindo uma comunicação clara e oportuna com o público por meio de diferentes meios de comunicação por parte do poder executivo, a fim de ampliar seu alcance.
- Renovar as oportunidades para a participação cidadã, no processo de tomada de decisão e nas ações de controle político que permitam conhecer as demandas e denúncias da população sobre medidas adotadas pelo governo.

5. Bibliografia recomendada

- 1 Comisión Económica para América Latina y el Caribe, [*Observatório COVID-2019 América Latina e Caribe: Ações por país*](#), 2020. (em espanhol)
- 2 Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, [*Controle orçamentário pelo legislativo de respostas emergenciais: Experiências durante a pandemia do coronavírus \(COVID-19\)*](#), 2020. (em inglês)
- 3 Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, 2020. [*Transparência, comunicação e confiança: o papel da comunicação pública na resposta à onda de desinformação sobre o novo Coronavírus*](#), 2020. (em inglês)
- 4 ONU Mulheres, [*Manual para a ação parlamentar: respostas sensíveis ao gênero ante a COVID-19*](#), 2020. (em espanhol)
- 5 Organização dos Estados Americanos, [*COVID-19 na vida das mulheres: Razões para reconhecer impactos diferenciados*](#), 2020.
- 6 Organização Panamericana da Saúde, [*Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19*](#), 2020.
- 7 ParlAmericas, [*O COVID-19 e o papel do parlamento durante uma pandemia*](#), 2020.
- 8 ParlAmericas, [*Fortalecendo do controle político diante da pandemia COVID-19*](#), 2020.
- 9 ParlAmericas, [*Legislando para a recuperação econômica frente ao COVID-19: Diálogo cooperativo entre os\(as\) presidentes dos poderes legislativos das Américas*](#), 2020.
- 10 ParlAmericas y Asamblea Nacional del Ecuador, [*Compêndio das ações legislativas e executivas das Américas e do Caribe em resposta ao COVID-19*](#), 2020.
- 11 ParlAmericas y Directorio Legislativo, [*COVID-19: O desafio de adaptar e fortalecer o papel dos parlamentos. Uma análise da perspectiva de parlamento aberto*](#), 2020.
- 12 ParlAmericas y Directorio Legislativo, [*COVID-19: O desafio de adaptar e fortalecer o papel dos parlamentos. Uma análise da agenda legislativa sob uma perspectiva de gênero*](#), 2020.
- 13 ParlAmericas, EUROsociAL+, Red de Transparencia y Acceso a la Información y ParlAmericas, [*Ferramentas de transparência legislativa*](#), 2020. (em espanhol)
- 14 ParlAmericas, Instituto de Estudios Fiscales y Democracia e Iniciativa Global para la Transparencia Fiscal, [*Fortalecendo a prestação de contas através da transparência fiscal: um conjunto de ferramentas para parlamentares nas Américas e no Caribe*](#), 2020.
- 15 Transparencia Internacional, [*Contratações públicas em situações de emergência: Elementos mínimos que os governos devem considerar para reduzir riscos de corrupção e uso indevido de recursos extraordinários*](#), 2020.



Secretaria Internacional do ParlAmericas
703-155 Queen St., Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canadá
Telephone: +1 (613) 947-8999
www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

